

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) |
INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO
PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA (ICESP)
- Contrato de Gestão nº 01/2017

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores da

Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) - Contrato de Gestão nº 01/2017

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) ("Instituto" ou "ICESP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Faculdade de Medicina (FFM) | Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (ICESP) em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do Instituto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 15 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) é a responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2022.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8


Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA" (ICESP)

Contrato de gestão nº 01/2017

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2021	2020		Nota explicativa	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	112.646	116.686	Fornecedores	8	17.808	21.464
Contas a receber	5	18.517	9.541	Serviços de terceiros	9	12.919	12.871
Estoques	6	29.187	30.716	Obrigações sociais e trabalhistas	10	48.979	46.742
Despesas antecipadas	-	469	801	Obrigações fiscais	-	7.381	7.072
Outras contas a receber	-	49	164	Receitas diferidas	11	28.600	19.773
		<u>160.868</u>	<u>157.908</u>	Contas a pagar - FFM	12	1.163	1.203
				Outras contas a pagar	-	966	643
Não circulante				Não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	72	99	Receitas diferidas	11	4.128	7.863
Despesas antecipadas	-	74	41	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	13	2.237	2.063
						<u>6.365</u>	<u>9.926</u>
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	7	17.987	17.834	Superávit acumulado	14	55.037	56.549
		<u>217</u>	<u>361</u>			<u>55.037</u>	<u>56.549</u>
		<u>18.350</u>	<u>18.335</u>				
Total do ativo		<u><u>179.218</u></u>	<u><u>176.243</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>179.218</u></u>	<u><u>176.243</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA" (ICESP)

Contrato de gestão nº 01/2017

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas operacionais			
Contrato de Gestão nº 01/2017	15	526.116	529.642
Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde	16	17.024	15.682
Doações e patrocínios	17	12.029	11.226
Estudos clínicos	18	16.964	16.962
Outras receitas	-	6.217	3.633
Total das receitas		578.350	577.145
Despesas operacionais			
Pessoal	19	(335.641)	(326.994)
Materiais para consumo	20	(133.615)	(132.737)
Serviços profissionais	21	(75.785)	(77.020)
Depreciações e amortizações	7	(4.708)	(4.608)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(9.346)	(9.837)
Utilidades e serviços	-	(2.869)	(1.855)
Repasses ao HCFMUSP	22	(7.542)	(8.397)
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	(1.072)	(2.542)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	(4)	(21)
Outras despesas	-	(13.530)	(13.075)
Total das despesas		(584.112)	(577.086)
(=) (Déficit)/superávit antes do resultado financeiro		(5.762)	59
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	-	4.437	2.647
Despesas financeiras			
Despesas financeiras	-	(187)	(76)
Resultado financeiro líquido		4.250	2.571
(=) (Déficit)/superávit líquido do exercício		(1.512)	2.630

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO
CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA"

Contrato de gestão nº 01/2017

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
(-) (Déficit)/superávit líquido do exercício	(1.512)	2.630
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.512)</u>	<u>2.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA" (ICESP)

Contrato de gestão nº 01/2017

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Superávit líquido/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	53.919	53.919
Superávit do exercício	2.630	2.630
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.549	56.549
Déficit do exercício	(1.512)	(1.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	55.037	55.037

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA (FFM) | INSTITUTO DO CÂNCER DO ESTADO DE SÃO PAULO "OCTÁVIO FRIAS DE OLIVEIRA" (ICESP)

Contrato de gestão nº 01/2017

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	2021	2020
(=) (Déficit)/superávit líquido do exercício	(1.512)	2.630
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciações e amortizações	4.708	4.608
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.072	2.542
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	4	21
Aumento/(redução) das contas de ativo		
Contas a receber	(8.980)	12.839
Estoques	1.529	(8.319)
Despesas antecipadas	299	(764)
Outras contas a receber	115	(69)
Depósitos recursais trabalhistas	27	106
Aumento/(redução) das contas de passivo		
Fornecedores	(3.656)	2.756
Serviços de terceiros	48	1.338
Obrigações sociais e trabalhistas	2.237	16.342
Obrigações fiscais	309	2.238
Receitas diferidas	5.092	294
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(898)	(1.691)
Outras contas a pagar	323	(26)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>717</u>	<u>34.845</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(4.717)	(5.120)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	<u>(4.717)</u>	<u>(5.120)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contas a pagar FFM	(40)	(171)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(40)</u>	<u>(171)</u>
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.040)</u>	<u>29.554</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	116.686	87.132
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	112.646	116.686
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.040)</u>	<u>29.554</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Octávio Frias de Oliveira" (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O Instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

A Fundação Faculdade de Medicina ("Fundação" ou "FFM"), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito estadual e municipal em São Paulo.

A operacionalização do ICESP ocorre atualmente por meio do Contrato de Gestão nº 01/2017, celebrado entre o HCFMUSP e a FFM em 30 de janeiro de 2017, com vigência de 05 anos. Estas demonstrações contábeis compreendem exclusivamente as operações desse contrato.

1.1. Efeitos do COVID-19

A Administração da Entidade tem acompanhado de perto os impactos do Coronavírus (COVID-19) na economia global e, principalmente, no Brasil. Dessa forma, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Entidade está exposta, a Administração avaliou possíveis eventos econômicos que poderiam impactá-la, tais como os relacionados às estimativas contábeis e mensuração de seus ativos e passivos. Embora até o momento não seja possível mensurar todos os possíveis impactos da Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração de seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Em conexão com as demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, a Entidade continua a cumprir todas as diretrizes para prevenir a Covid-19 divulgadas pelos órgãos de saúde competentes e manter as medidas para mitigar o risco de transmissão da COVID-19 nos locais de trabalho.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, além da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas, para os aspectos não abordados pela NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 03 de março de 2022 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto e a sua moeda de apresentação.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação de ativos, provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

2.5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.6. Escopo das demonstrações contábeis

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente ao Contrato de Gestão nº 01/2017, entre o HCFMUSP e a FFM, por meio do qual ocorre a operacionalização do ICESP a partir de 30 de janeiro de 2017.

2.7. Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto

As demonstrações contábeis do Contrato de Gestão nº 01/2017, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização do Instituto.

Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando a aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas;
- O patrimônio líquido do ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução;
- Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As tabelas a seguir demonstram a conciliação do patrimônio líquido do contrato de gestão em 31 de dezembro de 2021, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM, e entre o resultado do contrato frente a movimentação informada pela FFM:

	2021	2020
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais do Contrato de Gestão nº 01/2017:	55.037	56.549
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM		
(-) Imobilizado	(17.987)	(17.834)
(-) Intangível	(217)	(361)
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta " saldo de projetos em execução"	<u>36.833</u>	<u>38.354</u>

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Transf. internas	Resultado Financeiro	Resultado Líquido
Relatório individual	577.145	(577.086)	-	2.571	2.630
Depreciações e amortizações	-	4.608	-	-	4.608
Transferências internas	-	8.442	(8.442)	-	-
Total conforme relatório FFM 2020	<u>577.145</u>	<u>(564.036)</u>	<u>(8.442)</u>	<u>2.571</u>	<u>7.238</u>
Relatório individual	578.350	(584.112)	-	4.250	(1.512)
Depreciações e amortizações	-	4.708	-	-	4.708
Transferências internas	-	8.204	(8.204)	-	-
Total conforme relatório FFM 2021	<u>578.350</u>	<u>(571.200)</u>	<u>(8.204)</u>	<u>4.250</u>	<u>3.196</u>

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes, a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Representados fundamentalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.3. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

3.4. Ativo imobilizado e intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável, respectivamente, que são os custos de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado e intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	Taxas de depreciação e amortização (%)	Taxas médias de depreciação e amortização (%)
Máquinas e equipamentos	10 a 20	12
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	13
Computadores	6 a 25	13
Intangível - softwares	20	20

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Instituto tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, serviços de terceiros e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.5.2. Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2021 e 2020, incluindo operações de hedge.

3.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7. Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

3.8. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

3.9. Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas de subvenção são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistência governamentais.

3.10. Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente ao HCFMUSP em decorrência do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com a FFM.

3.11. Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1), a Fundação passou a realizar no exercício de 2020 registro contábil dos trabalhos voluntários.

Os trabalhos voluntários referem-se principalmente à atuação de membros integrantes dos órgãos de administração/governança com funções não remuneradas, dentre outros profissionais em situações específicas, sendo mensuradas pelo valor justo estimado levando-se em consideração os montantes que a instituição haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. O reconhecimento no resultado do exercício ocorreu como receita em contrapartida a outras despesas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis do Instituto, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios do Instituto, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor. Até o momento, não há efeitos para serem divulgados antecipadamente nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 27 - Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS - Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	5	5
Bancos conta movimento	107	110
Aplicações financeiras (a)	112.534	116.571
	<u>112.646</u>	<u>116.686</u>

- (a) As aplicações em poupança realizadas após 4 de maio de 2012 somam R\$ 1.376 em 2021 (R\$ 247 em 2020). A rentabilidade em 2021 foi de cerca de 2,99% (2,11% em 2020). Já as aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósitos Interbancário (CDIs), com remuneração pós-fixadas em 2021 entre 85,85% e 93,33% da taxa CDI (entre 81,30% e 88,38% em 2020). Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O total referente a esta modalidade é R\$ 32.046 em 2021 (R\$ 49.293 em 2020). Por fim, há as aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, com liquidez imediata. A remuneração aproximada em 2021 ficou entre 101,50% e 102,50% da taxa CDI (entre 101,00% e 102,50% em 2020). Essa modalidade soma R\$ 79.112 em 2021 (R\$ 67.031 em 2020).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

5. Contas a receber

Correspondem a saldos a receber devidos pelo HCFMUSP em função dos valores pactuados no Contrato de Gestão nº 01/2017, além de recebíveis decorrentes de outras atividades do ICESP:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a receber		
Contrato de Gestão nº 01/2017	18.346	8.849
Outras	175	730
	<u>18.521</u>	<u>9.579</u>
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		
Outras contas a receber	(4)	(38)
		<u>(38)</u>
	<u>18.517</u>	<u>9.541</u>

Abertura por vencimentos:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer	60	469
Vencidos		
Até 30 dias	89	225
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	18	-
De 91 a 180 dias	4	36
Acima de 180 dias (a)	18.346	8.849
	<u>18.517</u>	<u>9.579</u>

(a) Refere-se substancialmente a valores devidos pelo HCFMUSP pactuados no contrato de gestão nº 01/2017. Considerando as diversas circunstâncias institucionais envolvidas, a administração da FFM entende que os valores serão recebidos, razão pela qual não houve constituição de PECLD.

A movimentação da Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa pode ser assim demonstrada:

	<u>2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Baixas</u>	<u>2021</u>
PECLD	(38)	(4)	-	38	(4)
	<u>(38)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>38</u>	<u>(4)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

6. Estoques

	2021	2020
Medicamentos, insumos hospitalares e outros	29.172	30.648
Importação em andamento	15	63
Adiantamentos a fornecedores	-	5
	<u>29.187</u>	<u>30.716</u>

7. Imobilizado e intangível

Corresponde ao ativo imobilizado e intangível adquirido pela FFM por força do contrato de gestão nº 01/2017 e instrumentos anteriores:

	2021			2020		
	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido	Custo	Deprec. acumulada	Valor líquido
Imobilizado						
Instalações, máquinas e equipamentos	24.851	(13.058)	11.793	21.591	(10.567)	11.024
Instrumentais clínico-cirúrgicos	953	(911)	42	929	(807)	122
Móveis e utensílios	2.759	(1.635)	1.124	2.303	(1.416)	887
Computadores e correlatos	9.959	(5.288)	4.671	8.190	(3.539)	4.651
Imobilizações em andamento	357	-	357	1.150	-	1.150
	<u>38.879</u>	<u>(20.892)</u>	<u>17.987</u>	<u>34.163</u>	<u>(16.329)</u>	<u>17.834</u>

	2021			2020		
	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido	Custo	Amortiz. acumulada	Valor líquido
Intangível						
Softwares	1.661	(1.444)	217	1.661	(1.300)	361
	<u>1.661</u>	<u>(1.444)</u>	<u>217</u>	<u>1.661</u>	<u>(1.300)</u>	<u>361</u>

Movimentação do ativo imobilizado e intangível

	Líquido em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências	Líquido em 31/12/2021
Instalações, máquinas e equipamentos	11.024	1.785	(2.476)	1.460	11.793
Instrumentais clínicos cirúrgicos	122	22	(103)	1	42
Móveis e utensílios	887	404	(218)	51	1.124
Computadores e correlatos	4.651	906	(1.767)	881	4.671
Imobilizado em andamento	1.150	1.600	-	(2.393)	357
	<u>17.834</u>	<u>4.717</u>	<u>(4.564)</u>	<u>-</u>	<u>17.987</u>

	Líquido em 31/12/2020	Amortizações	Líquido em 31/12/2021
Software	361	(144)	217
	<u>361</u>	<u>(144)</u>	<u>217</u>

Bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde

Integram o acervo patrimonial utilizado pelo ICESP bens adquiridos diretamente pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (edifício, equipamentos, mobiliários e outros), que são cedidos ao HCFMUSP para uso pelo Instituto. Tendo em vista que a compra não ocorreu através da FFM, esses bens não são registrados contabilmente no ativo imobilizado do contrato de gestão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Termos de permissão de uso

Conforme estabelecido no Contrato de Gestão nº 01/2017, o HCFMUSP deve firmar "termos de permissão de uso" com a FFM para amparar formalmente a cessão dos bens móveis e imóveis empregados pelo Instituto. Esses termos ainda não foram celebrados pelo HCFMUSP.

8. Fornecedores

	2021	2020
Medicamentos e reagentes	7.941	9.512
Materiais hospitalares em geral	5.464	6.336
Órteses, próteses e materiais especiais	780	1.168
Alimentações hospitalares	716	666
Materiais para Manutenção de Equipamentos	512	697
Gêneros Alimentícios	495	504
Outros	1.900	2.581
	<u>17.808</u>	<u>21.464</u>

9. Serviços de terceiros

	2021	2020
Limpeza e higienização	3.565	3.677
Vales refeição de funcionários	2.786	2.794
Manutenção de instalações e equipamentos	2.510	1.986
Aluguéis de equipamentos e correlatos	984	834
Técnico administrativo	916	977
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	827	1.026
Outros	1.331	1.577
	<u>12.919</u>	<u>12.871</u>

10. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Férias e encargos sociais a pagar	28.758	26.964
Salários a pagar	15.980	15.721
FGTS a pagar	2.545	2.472
INSS a recolher	1.646	1.537
Pensão Alimentícia	48	46
Contribuições sindicais a recolher	2	2
	<u>48.979</u>	<u>46.742</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

11. Receitas diferidas

Correspondem aos saldos diferidos de subvenções para investimentos e projetos recebidas pelo ICESP, mediante pactuação no contrato de gestão nº 01/2017 ou por conta de projetos desenvolvidos pelo Instituto com subvenções de outros órgãos.

A apropriação como receita ocorre em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseja a alocação direta no resultado.

A movimentação nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser assim demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.617	9.725	27.342
Transferências entre circulante/não circulante	95	(95)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	21.284	53	21.337
(-) Apropriações como receitas	(19.338)	-	(19.338)
Receitas financeiras de verbas diferidas	193	96	289
(-) Devoluções de verbas diferidas	(78)	(1.916)	(1.994)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.773	7.863	27.636
Transferências entre circulante/não circulante	4.377	(4.377)	-
Subvenções reconhecidas no exercício	25.914	624	26.538
(-) Apropriações como receitas	(21.732)	-	(21.732)
Receitas financeiras de verbas diferidas	268	35	303
(-) Devoluções de verbas diferidas	-	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	28.600	4.128	32.728

12. Contas a pagar - FFM

Referem-se fundamentalmente a operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária no contrato de gestão ocorre, por falta de tempo hábil, no exercício seguinte. O saldo de tais operações em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.163 (R\$ 1.203 em 31 de dezembro de 2020).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

Corresponde ao montante provisionado para os processos em curso, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e Administração da FFM, líquidos de eventuais depósitos judiciais.

	2020	Adições	Reversões	2021
Ações trabalhistas	1.963	804	(1.794)	973
(-) Depósitos garantia de juízo e recursais	(1.590)	(813)	1.794	(609)
Outras contingências	1.690	183		1.873
	<u>2.063</u>	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>2.237</u>

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 16.147 (R\$ 11.325 em 31 de dezembro de 2020).

14. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do contrato de gestão nº 01/2017 é composto basicamente pelo patrimônio acumulado pelo ICESP decorrente das atividades realizadas por meio do contrato atual e anteriores.

Em caso de rescisão do contrato ou extinção/desqualificação da FFM, o patrimônio, legados, doações e excedentes financeiros do contrato de gestão serão destinados integralmente ao HCFMUSP.

15. Receitas operacionais - contrato de gestão

Refere-se ao montante devido pelo HCFMUSP à FFM para operacionalização do ICESP, cujos valores e demais condições são estabelecidos no Contrato de Gestão no 01/2017 e aditivos, sendo que, conforme tratativas entre as partes, os custos de serviços do ICESP pagos diretamente pelo HCFMUSP são descontados dos valores devidos.

Para o 1º ano do contrato (fevereiro de 2017 a janeiro de 2018), assim como para o 2º ano, foi estabelecido valor anual de R\$ 502.662. Para o 3º ano, foi definido o valor de R\$ 522.353, com uma integralização complementar de R\$ 10.900 para expansão de atividades assistenciais. Para o 4º e 5º ano, o valor anual pactuado foi de R\$ 542.353.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

As receitas nos exercícios sociais de 2021 e 2020 podem ser assim demonstradas:

	2021	2020
Valores acordados (a)	542.854	540.686
(-) Descontos de custos assumidos diretamente pelo HCFMUSP	(16.738)	(11.044)
	<u>526.116</u>	<u>529.642</u>

(a) Montante proporcional em cada exercício conforme os valores pactuados para os períodos contratuais. No exercício de 2021, corresponde aproximadamente a 12 parcelas de R\$ 45.196, sendo 1 referente ao 4º ano e 11 ao 5º ano. Em 2020, o valor é composto por 1 parcela de R\$ 43.529, relativa ao 3º ano, e 11 parcelas no valor de R\$ 45.196, referentes ao 4º ano de contrato.

Por força do Contrato de Gestão, o Instituto está obrigado a cumprir determinadas metas, havendo penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados, no caso de descumprimento. Além disso, a FFM está sujeita à apresentação de prestações de contas regulares conforme determinações do HCFMUSP e órgãos fiscalizadores. A prestação de contas do exercício de 2021 será enviada no 1º semestre de 2022.

16. Repasses de medicamentos oncológicos - Ministério da Saúde

Como estabelecimento de saúde habilitado de alta complexidade em oncologia no SUS, o ICESP recebe, com interveniência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, medicamentos oncológicos de compra centralizada pelo Ministério da Saúde.

Incorporados ao estoque do instituto, a receita correspondente é reconhecida mediante a efetiva utilização dos medicamentos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

Em 2021, o Instituto recebeu medicamentos no valor total de R\$ 17.176, sendo reconhecida a receita de R\$ 17.024. Em 2020, tais valores foram respectivamente de R\$ 16.425 e R\$ 15.682. Os saldos residuais são registrados como subvenções diferidas, conforme critérios apresentados na Nota Explicativa nº 11.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

17. Doações e patrocínios

São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2021 e 2020 por meio da FFM.

	2021	2020
Financeira Itaú CDB S.A.	4.675	-
Schering Plough Industria Farmaceutica Ltda	3.453	-
Beaufour IPSEN Farmaceutica Ltda	2.045	-
Bayer S/A.	1.394	888
Redecard S/A	1.242	-
Itaucard S/A	-	2.564
Merck Sharp & Dohme Farmaceutica Ltda	-	1.876
Bradesco Saude S/A	-	1.000
Novartis Biociencias S/A	-	770
Outras	6.238	6.503
(-) Devoluções	(55)	-
	<u>18.992</u>	<u>13.601</u>
(+) Transferências da receita diferida	677	927
(-) Transferências para a receita diferida	(7.640)	(3.302)
Total	<u><u>12.029</u></u>	<u><u>11.226</u></u>

18. Estudos clínicos

Correspondem a receitas provenientes de estudos e/ou ensaios clínicos realizados pelo ICESP para instituições nacionais e internacionais, predominantemente dos segmentos farmacêutico e de pesquisa, visando o desenvolvimento de medicamentos e procedimentos terapêuticos.

19. Pessoal

	2021	2020
Salários e ordenados	(280.531)	(270.155)
FGTS	(21.902)	(21.187)
Benefícios	(33.208)	(35.652)
	<u><u>(335.641)</u></u>	<u><u>(326.994)</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

20. Materiais para consumo

	2021	2020
Medicamentos e reagentes	(75.202)	(77.953)
Materiais hospitalares em geral	(34.954)	(29.989)
Órteses, próteses e materiais especiais	(8.427)	(7.145)
Outros	(15.032)	(17.650)
	<u>(133.615)</u>	<u>(132.737)</u>

21. Serviços profissionais

	2021	2020
Manutenção de instalações e equipamentos	(22.564)	(21.690)
Limpeza e higienização	(19.548)	(19.594)
Saúde (unidades retaguarda, serviços radiologia e outros)	(8.665)	(11.796)
Técnico administrativos	(7.329)	(6.749)
Segurança	(5.536)	(5.528)
Outros	(12.143)	(11.663)
	<u>(75.785)</u>	<u>(77.020)</u>

22. Repasses ao HCFMUSP

Referem-se a reembolsos de custos e outras operações pagas pelo ICESP ao HCFMUSP por força de atendimentos médico-hospitalares de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ 7.542 em 2021 (R\$ 8.397 em 2020).

23. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o ICESP não possuía instrumentos derivativos.

O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2021 e 2020, e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira:

	Valor contábil	
	2021	2020
Ativos financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	112.646	116.686
Contas a receber	18.517	9.541
Depósitos recursais trabalhistas	72	99
Passivos financeiros		
Outros passivos		
Fornecedores	17.808	21.464
Serviços de terceiros	12.919	12.871

Não há risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2021 o contrato possui capital de giro de R\$ 43.052 (R\$ 48.140 em 31 de dezembro de 2020).

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pelo Instituto, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3: informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem do Instituto na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos do Instituto, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos do Instituto.

O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, o Instituto centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

24. Avais, fianças e garantias

O Instituto não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2021 e 2020.

25. Trabalho voluntário

Em atendimento da NBC ITG 2002 (R1), a Fundação passou a reconhecer no exercício de 2020 os trabalhos voluntários.

No contrato de gestão do ICESP foram identificadas as atividades exercidas por membros do seu Conselho Diretor e por médicos voluntários atuantes no instituto. O valor desses serviços voluntários foi mensurado pelo valor justo da prestação do serviço, apurado mediante os valores de mercado aproximados de funções similares, representando em 2021 o montante de R\$ 2.617 (R\$ 2.812 em 2020). O reconhecimento foi realizado no resultado do contrato, como outras receitas em contrapartida a outras despesas.

26. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 13 de dezembro de 2024, deferido pelo Ministério da Saúde em 13 de dezembro de 2021 através da Portaria SAES/MS nº 1205 (Processo nº 25000.093217/2021-19). Os processos relativos aos períodos de 12 de junho de 2010 a 11 de junho de 2015, 12 de junho de 2015 a 11 de junho de 2018 e 12 de junho de 2018 a 11 de junho de 2021 (estendido para 12 de dezembro de 2021), ainda se encontram em tramitação/revisão, sendo que a possibilidade de perda é considerada remota pelos assessores jurídicos e Administração da Fundação.

A certificação do CEBAS, conjuntamente com a natureza jurídica da instituição e observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros (cotas patronais), bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal usufruídas pelo Contrato de Gestão no 01/2017 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhados dos respectivos valores estimados:

	2021	2020
Cota patronal INSS - Folha de pagamento (a)	76.308	72.874
Cota patronal INSS - Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	107	312
	<u>76.415</u>	<u>73.186</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (b)	-	779
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) (c)	-	468
Contribuição Financ. Seguridade Social (COFINS) (d)	2.710	2.533
Programa de Integração Social (PIS) (e)	588	550
Imposto Serviço Qualquer Natureza (ISSQN) (f)	351	349
	<u>80.064</u>	<u>77.865</u>

- a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;
- b) Simulação empregando o regime de "Lucro Real", com alíquota de 15% sobre o resultado ajustado de cada exercício;
- c) Alíquota de 9% sobre o resultado ajustado do exercício;
- d) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de "Lucro Real", foi empregado regime de incidência "não cumulativo", com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;
- e) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento;
- f) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	634.026	634.026
Responsabilidade civil e profissional	20.000	15.000
	<u>654.026</u>	<u>649.026</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

28. Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

29. Eventos subsequentes

A partir de 30 de janeiro de 2022, a continuidade da operacionalização do ICESP ocorrerá por meio do contrato de gestão nº 01/2022, celebrado novamente entre o HCFMUSP e a FFM, com vigência de 05 anos.